

285

ECONOMIA DA CULTURA: EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Felipe Starosta de Waldemar, Stefano Florissi (orient.) (UFRGS).*

Economia da Cultura diz respeito a área da Ciência Econômica que procura explicar os fenômenos envolvidos na alocação de recursos em bens e serviços culturais. Foi realizada uma pesquisa, da literatura teórica e empírica nacional e internacional, com o objetivo de construir parâmetros que possam embasar gestores de políticas públicas na tomada de decisão. Como esse tema ainda não é muito explorado, procurou-se realizar uma extensa pesquisa para servir de ponto de partida a outros trabalhos, tornando-se referência teórica do tema de Economia da Cultura. Foi verificado na literatura que devido à classificação de bens culturais como bens públicos, a intervenção do Estado no fomento às atividades culturais torna-se o mecanismo de incentivo as atividades não somente pelo mérito em si, mas também pela capacidade geradora de desenvolvimento sócio-econômico. No Brasil, o mecanismo de incentivo à cultura ocorre, há quase duas décadas, através de leis de incentivo à cultura. Essas Leis de Incentivo à Cultura funcionam através do mecanismo de renúncia fiscal, isto é, parte dos impostos devidos por empresas públicas e privadas é destinada a projetos culturais. Tanto a Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul como a Lei de Incentivo à Cultura (mais conhecida como Lei Rouanet) apresentaram uma evolução, ao longo do tempo, da destinação de recursos para atividades culturais. No entanto, foram verificadas algumas distorções que podem ser corrigidas, gerando maior eficiência e equidade na alocação de recursos em bens e serviços culturais. (PIBIC).